

exposing oneself to a certain death. I am looking for an artist who can sculpt them on commission” (89). And indeed, the Jesuits sent to Tervuren a *kakuungu* mask in Suku style made for sale: without eyeholes, it shows no signs of wear and tear and is painted in fanciful colours (Fig. 57, p. 105). To be sure, such masks were routinely made in the 1930s and 1940s for visiting Europeans, but it is likely that the missionaries indirectly encouraged this practice when they began searching for sculptors to satisfy the wishes of the Tervuren Museum. I regret that the practical and theoretical ramifications of this aspect of the Jesuit “ethnographic heritage” were not explored in the catalogue.

Volper’s chapter 4 concentrates on the imposing artworks that gave the catalogue and exhibition their title, the giant Yaka and Suku masks called *kakuungu*. Among the tallest face masks of Africa and measuring on average between 85 cm and 125 cm in height, *kakuungu* is characterized by puffy cheeks, eye lashes in animal fur, and bushy hair of raffia, and a long chin. The colours are usually red and white, an expression of the mask’s ambivalent nature. Red stands for blood and vengeance, white for health – as the mask fulfilled both menacing and protective roles. The *kakuungu*, considered male, played a primary role during the initiation rituals of boys, called *mukanda* or *n-khanda* in the region. The mask protected participants against threats of evildoers, healed hemorrhage after circumcision, and controlled the rainfall to insure successful dancing and hunting. At the same time, *kakuungu* masks were believed to harm pregnant women who did not respect certain rules and punish initiates whose parents did not pay enough.

Volper does an excellent job in combing through the writings of Jesuit missionaries and professional anthropologists and art historians such as Hans Himmelheber, Renaat Devisch, and Arthur Bourgeois, to draw as complete a picture as possible of the functions of the *kakuungu* mask within and without the *mukanda* initiation, the use of the term *kakuungu* for things other than masks, and the occurrence of similar terms in neighbouring languages. The author suggests that when the *mukanda* initiation was introduced to the Yaka and Suku peoples, they had to come up with plastic and cultural expressions that fit a structured rite around circumcision. Part of these came from the neighbours, part from a local ritual foundation that, itself, was the result of much older cultural exchanges. In the end, the *kakuungu* complex belies the notion of isolated ethnic groups and illustrates the “extraordinary dynamism of African cultures” (143).

The catalogue’s two central chapters are authored by Viviane Baeke, senior curator at Tervuren’s section of ethnography. Chapter 2 (58–79) is called “Let the Masks Dance! Circumcision Masks among the Yaka, Suku, and Nkanu of Southwestern DRC,” while chap. 3 (80–87) deals with “When Sculptures Become Fishes. Therapeutic Rites among the Yaka of Southwestern DRC.” Baeke reviews the masks of neighbouring peoples that appeared during their *mukanda* male puberty rituals. The function of this rite of passage was to transmit fecundity and virility through the male line. It shared the same name and

general structure over a very wide area that went well beyond the Kwango-Kwilu region, but interestingly, the accompanying masks display a striking stylistic variability. The Jesuits collected many examples from the various populations, thus providing a survey of the types of fiber masks and wooden masks that were worn by the initiates themselves. The author also deals with the *mbwoolu* healing association of the Yaka, of which one became a member to treat sexual impotence or similar ailments. Some of the figurines used in this “cult of affliction” have names that are identical to masks used in the *mukanda* rituals, suggesting connections between initiation, healing, and protection.

The book has a few minor drawbacks: unnecessary typos (64, 109, 112, 123), the usage of “fetish” as a technical term, without quotation marks (106, 130, 137, 144), and some disconnect between the Jesuits discussed in the first chapter and those playing a role in the fourth one.

This is a most valuable contribution to the study of a rich corpus of beautiful artworks. It also sheds light on the professionalisation of 20th-century missionary collectors and the ways this affected the types of objects and information that got harvested.

Jan-Lodewijk Grootaers

Welch, James R., Ricardo Ventura Santos, Nancy M. Flowers e Carlos E.A. Coimbra Jr.: Na primeira margem do rio. Território e ecologia do povo Xavante de Wedezé. Rio de Janeiro: Museu do Índio; FUNAI, 2013. 248 pp. ISBN 978-85-85986-46-9. Preço: R\$ 44,00

Na Antropologia brasileira, a elaboração de laudos para órgãos públicos tornou-se uma atividade profissional relativamente comum nas últimas décadas, de modo que as experiências acumuladas já foram transformadas em reflexões sistemáticas, em parte organizadas em coletâneas publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Neste contexto, uma modalidade específica de “laudos” que exigem a *expertise* antropológica são os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas, que são elaborados para o órgão indigenista, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Representam o início de um processo demorado de regularização de uma terra indígena e são resultados do trabalho de um grupo técnico coordenado por um antropólogo.

Geralmente a circulação desses relatórios técnicos fica restrita às esferas administrativas e jurídicas, mas uma parte também foi disponibilizada pela ABA em suas páginas restritas aos sócios da associação. Desse modo, o livro resenhado representa uma exceção comemorável: a disponibilização exemplar de um relatório técnico de identificação e delimitação cuidadosamente editado a um público maior de leitores, como destacam em seus textos de apresentação a então presidente da FUNAI, Marta Maria do Amaral Azevedo, e o atual presidente da ABA, Antonio Carlos de Souza Lima.

Embora o título da publicação possa ser interpretado como uma alusão ao famoso conto “A Terceira Margem do Rio”, do livro “Primeiras Estórias” (1962), de João Guimarães Rosa, esta não parece ter sido a intenção dos

autores. Ao menos, não se encontra no livro nenhum indício neste sentido. “Na primeira margem do rio”, no entanto, é uma referência à localização do primeiro aldeamento estabelecido pelos Xavante na região a leste do Rio das Mortes, no século XIX (4). O relatório é produto de uma cooperação incomum entre quatro antropólogos, sendo dois americanos e dois brasileiros. Todos os autores são pesquisadores internacionalmente reconhecidos por seus estudos abrangentes sobre os Xavante, em particular no que diz respeito aos temas saúde, demografia e ecologia. E uma parte de suas experiências remonta até à década de 1970.

Mesmo com alguns ajustes editoriais, a estrutura do livro segue, em termos gerais, o formato de um relatório circunstanciado de identificação e delimitação, contendo capítulos sobre aspectos gerais da cultura do grupo indígena, sua história, demografia, relações ambientais, atividades econômicas e as dimensões econômicas, ecológicas e simbólicas da ocupação e uso do território tradicional, finalizando com uma proposta de delimitação. Trata-se, por seu caráter técnico para consolidar e consubstanciar uma proposta concreta para demarcar uma terra indígena, de um trabalho muito rico em informações etnográficas, linguísticas, históricas e ambientais, porém não se deve esperar reflexões profundas em teorização antropológica, o que seria uma expectativa despropositada neste caso. O mérito do trabalho resenhado é a apresentação sistematizada de conhecimentos sobre os Xavante de Wedezé. Desse modo, o livro também é uma fonte singular de conhecimentos empiricamente consolidados sobre os Xavante em geral.

A Terra Indígena Wedezé fica entre a margem direita do Rio das Mortes e o Rio Água Preta, no Estado de Mato Grosso. Desse modo, ela está localizada do lado oposto da Terra Indígena Pimentel Barbosa, que se estende em direção oeste a partir da margem esquerda do Rio das Mortes. Já nas primeiras páginas do livro, os autores destacam os significados históricos e simbólicos da área para os Xavante, em particular nos séculos XIX e XX, porém o reconhecimento desse território indígena por parte dos órgãos governamentais levou mais de seis décadas. A postura do órgão indigenista, por exemplo, mudou apenas na década passada, mas o resultado da identificação, realizada em 2011, foi contestado judicialmente por diversas partes que se consideram proprietários legítimos de imóveis localizados dentro dos limites da terra identificada.

A parte sobre língua e história contém numerosas informações detalhadas sobre os povos indígenas falantes de línguas Jê e, em particular, a ramificação Akwẽ (ou Acuen), além de uma reconstrução minuciosa dos movimentos migratórios dos Xavante, dos deslocamentos de suas aldeias e dos contatos com as diversas frentes colonizadoras, em parte baseada em depoimentos de testemunhas idosas. Tanto o início dos contatos pacíficos com os “brancos” e a história da atuação indigenista entre os Xavante quanto a redução dramática de seus territórios tradicionais por empreendimentos privados são descritos em detalhes.

O tamanho do capítulo sobre a demografia Xavante é incomum para um relatório técnico de identificação, mas

mostra as experiências abrangentes de pesquisa dos autores sobre os temas abordados. Dados epidemiológicos, por exemplo, são relacionados com dinâmicas territoriais, sociais e políticas em perspectiva histórica e com informações sobre grupos locais, suas lideranças políticas e seu dinamismo faccional. Em comparação com a população não-indígena do entorno, as taxas de nascimentos e óbitos dos Xavante são altas.

A qualidade das informações sobre as atividades econômicas e as relações ambientais também merece ser destacada. Os autores descrevem e analisam todas as informações disponíveis sobre as práticas econômicas dos Xavante das terras indígenas Wedezé e Pimentel Barbosa em comparação com outras terras habitadas por Xavante. Na parte ambiental, eles descrevem o manejo indígena do cerrado e explicam, especialmente, a função ecológica dos fogos antropogênicos usados para caçadas, apresentando-os como fogos controlados com efeitos ecológicos positivos, o que contraria radicalmente os argumentos usados por partes interessadas para culpar os Xavante de praticar a degradação ambiental de suas terras.

O trabalho se baseia no uso diferenciado de uma gama ampla de técnicas de pesquisa, em particular com relação aos temas ambientais. Os autores também recorreram à documentação histórica indigenista disponível, sobretudo para reconstruir os motivos que levaram ao deslocamento temporário dos Xavante da margem direita do Rio das Mortes para as áreas na margem esquerda. De um ponto de vista metodológico, eles destacam a participação indígena nas atividades de campo, as entrevistas com diversas testemunhas históricas e também o respeito aos segredos culturais (por exemplo, com relação a plantas medicinais).

No entanto, o que chama a atenção ao folhear o livro pela primeira vez, ainda sem conhecer os conteúdos dos textos, é o trabalho editorial sofisticado com seus numerosos elementos visuais (94, no total). As figuras e tabelas, as belas fotos e os diversos mapas informativos fazem da leitura de um trabalho, que em suas origens é um documento técnico, uma atividade prazerosa. Tanto os autores quanto o Museu do Índio merecem muitos elogios por um livro, cujas qualidades não residem apenas em sua riqueza de informações, mas também em seu caráter didático exemplar. Desse modo, ele pode se tornar um parâmetro para a elaboração de outros relatórios de identificação e também para retroalimentar os debates e reflexões sobre consultorias e perícias antropológicas.

Peter Schröder

Wilkinson-Weber, Clare M.: Fashioning Bollywood. The Making and Meaning of Hindu Film Costume. London: Bloomsbury, 2014. 212 pp. ISBN 978-1-84788-697-2. Price: £ 19.99

In der wachsenden wissenschaftlichen Fachliteratur über die indische Filmindustrie Bollywood finden sich kaum ethnografische Analysen der Produktionskultur – abgesehen von Gregory Booth (2009), der sich den Musikern widmet, und Tejaswini Ganti (2012), die Arbeit und Diskurse der Regisseure, Produzenten und Stars un-